



MESA REDONDA 4: A DIMENSÃO SOCIAL DOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E REASSENTAMENTO



Tássia Regino

Secretária de Habitação de São Bernardo do Campo/SP
tassia.regino@saobernardo.sp.gov.br



1- URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E A QUESTÃO DOS REASSENTAMENTOS DE FAMÍLIAS

- Premissas e diretrizes gerais
- Elementos Norteadores

2- A EXPERIENCIA DE SÃO BERNARDO DE TRATAMENTO DO TEMA

- O exemplo do PAC Alvarenga e Tres Marias

3- POTENCIALIDADES, DIFICULDADES E DESAFIOS

PREMISSAS DO REASSENTAMENTO EM PROJETOS DE URBANIZAÇÃO

- ❑ O Reassentamento é elemento constitutivo da solução da urbanização de assentamentos precários, mas consolidáveis do ponto de vista urbano;
- ❑ Deve ser concebido como uma oportunidade de acesso a direitos e de desenvolvimento social;
- ❑ Adotar estratégias de reassentamento que o constituam como instrumento de acesso ao direito à moradia adequada e minimizem riscos de vulnerabilização das famílias reassentadas
- ❑ Por este motivo é necessário planejar o reassentamento adequadamente:
 - No processo de formulação dos projetos de intervenção
 - Nas soluções aplicáveis e no Plano de Reassentamento e de Obras
 - No Trabalho Social, dimensão do Projeto de Urbanização na qual se materializa o processo de apropriação das soluções

Necessidade de considerar diferentemente as dimensões dos Reassentamentos em intervenções de urbanização em favelas de Projetos de infraestrutura

ELEMENTOS NORTEADORES DE PLANOS DE REASSENTAMENTOS QUE CONSIDEREM ESTAS PREMISSAS

1. Respeito aos direitos

2. Atenção aos riscos para não ser gerador de vulnerabilidade, desde o projeto

3. Inclusão social, a partir das soluções geradas pelo projeto



PAC ALVARENGA E TRÊS MARIAS: UMA EXPERIÊNCIA DE SÃO BERNARDO NA IMPLEMENTAÇÃO DESTAS PREMISSAS E DIRETRIZES



SÃO BERNARDO DO CAMPO

POPULAÇÃO: 746.718 habitantes

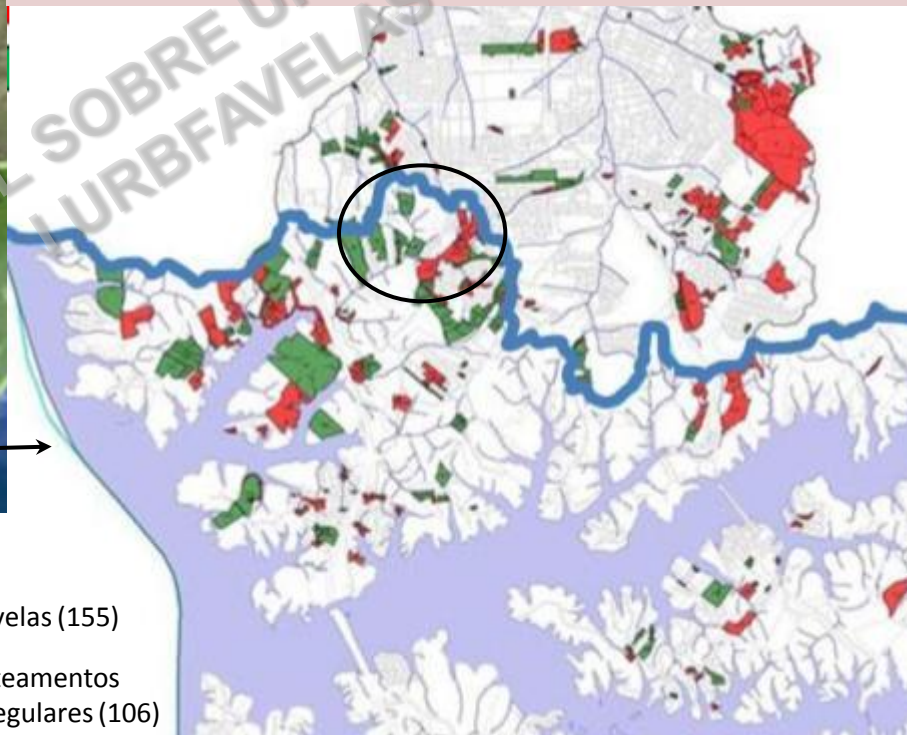
(Censo 2010 / IBGE)

NÚMERO DE DOMICÍLIOS: 260.246

(Censo 2010 / IBGE)

ÁREA TOTAL: 408,45 km²

- 66% do território em área de proteção ambiental
- 34% dos domicílios implantados em **261 Assentamentos Precários e/ou Irregulares**
- 52% dos assentamentos irregulares implantados na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings - APRM-B



- Favelas (155)
- Loteamentos Irregulares (106)

QUALIFICAÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL NOS ASSENTAMENTOS

INTERVENÇÃO URBANO HABITACIONAL POR TIPOLOGIA DE PROBLEMA

Tipologia	Número de assentamentos	UHs mapeadas por tipologia de problema	Programa de Intervenção
IRREGULARIDADE			
<u>Tipologia 1</u> – Assentamentos consolidados sem a regularidade urbanística ou da propriedade /só precisam de regularização.	53	12.675	100% Regularização Fundiária (+ ação SABESP)
<u>Tipologia 2</u> – Assentamentos Irregulares Parcialmente Urbanizados /Simples <u>sem</u> remoções	66	21.977	100% Regularização Fundiária + Urbanização Pontual (+ ação SABESP)
<u>Tipologia 6</u> – Conjuntos Habitacionais Irregulares Promovidos Pelo Poder Público	11	3.429	100% Regularização Fundiária
SUB-TOTAL IRREGULARIDADE	130	38.081	
PRECARIEDADE			
<u>Tipologia 3</u> (pontual)– Assentamentos Irregulares Parcialmente Urbanizados /Simples <u>com</u> remoções	36	9.834	93% OU 95% Regularização Fundiária + Urbanização Pontual +7 OU 5% Reassentamento/Relocação (+ ação SABESP)
<u>Tipologia 4</u> – Assentamentos Precários e Irregulares Consolidáveis/obras complexas	69	33.119	60 % Urbanização Complexa 40% Produção de UH Reassentamento/ Relocação (+ ação SABESP)
<u>Tipologia 5</u> – Assentamentos Irregulares Não Consolidáveis	25	2.028	100% Produção de UH Reassentamento (+ ação SABESP)
C/projeto SEHAB	12	7.187	DEFINIDO EM PROJETO
SUB-TOTAL PRECARIEDADE	142	52.168	
Total Geral	272	90.249	

A Experiência do PAC Alvarenga e Três Marias

1

Plano de Reassentamento e Relocação do projeto de Urbanização Integrada e Recuperação Ambiental de Assentamentos Precários na Região do Alvarenga

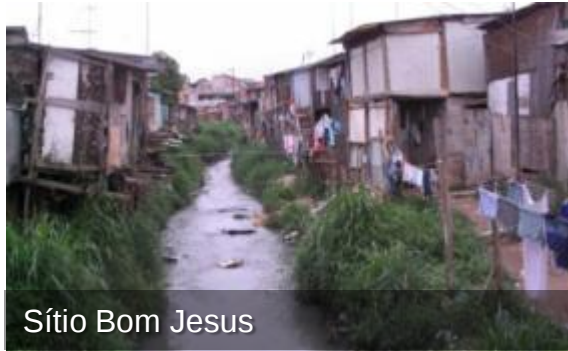


- Natureza da Intervenção: Projeto Habitacional / Recuperação Ambiental Manancial
- Interesse Social e Interesse Difuso;
- Áreas Públicas Municipais de Uso Comum do Povo e Dominial;
- Núcleos de Ocupação precárias e não contíguos;
- A área de reassentamento “Três Marias” está fora da APRM-B. 2 KM DA ORIGINAL

ANTECEDENTES DO PROJETO

Condição de Moradia das Famílias Antes do Projeto

- Assentamentos implantados de forma precária às margens de um dos principais contribuintes da Represa Billings, o Córrego dos Alvarengas e seus afluentes.



Sítio Bom Jesus

Habitações implantadas em margens de córrego, em risco de inundação.



Jardim Ipê

Habitações precárias, sem infraestrutura, com riscos diversos



Alvarenga Peixoto

Alto adensamento, infra-estrutura inadequada e precariedade construtiva

- Famílias residindo em alojamentos precários e áreas de risco (atendidas no Três Marias)



Alojamento José Fornari

Alojamento provisório precário, sem condições mínimas de habitabilidade.



Vila Rosa Cruz

Habitações precárias, sem infraestrutura, assentadas em margens de córrego, com risco de solapamento.



Áreas de risco

Habitações precárias, sem infraestrutura, em áreas de risco de escorregamento.

A Experiência de São Bernardo

2

Conjunto Habitacional Três Marias – PAC/PRO-MORADIA

Área de Reassentamento – Fora da APRM, localizada a 2km da Região do Alvarenga onde estão os assentamentos



PAC ALVARENGA

METAS FÍSICAS TOTAIS:

- Consolidação de 610 moradias
- Construção de 878 novas moradias para remanejamento
- Ampliação da infraestrutura para 648 unidades habitacionais
- Implantação de equipamentos (CRAS, Centro de Educação Ambiental e Cultural, Centros Comerciais e Áreas de Lazer)

METAS ARTICULADAS:

- Regularização Fundiária de 1.488 imóveis
- Trabalho Social com 1.488 famílias e entorno até 12 meses após a conclusão das obras



CONJUNTO HABITACIONAL TRÊS MARIAS

METAS FÍSICAS

1236 unidades
habitacionais

CENTRO DE
RECICLAGEM

CENTRO
COMERCIAL

CEU
11.622,73m²

PARQUE
18.660,21m²

Buscou-se assegurar na intervenção urbano-habitacional ações para o enfrentamento de componentes da exclusão que se relacionam com o território, com soluções que contribuíram para a construção de um território inclusivo

PAC ALVARENGA E CONJUNTO HABITACIONAL TRÊS MARIAS

SOLUÇÕES HABITACIONAIS DO PROJETO INTEGRADO

Áreas de Intervenção do PAC Alvarenga/ Área de Origem	Imóveis Cadastrados	Soluções Habitacionais Viabilizadas nas Áreas de Intervenção do PAC Alvarenga			Famílias Reassentadas no CH Três Marias
		Unidades Novas	Unidades Consolidadas	Total no Alvarenga	
01- Sítio Bom Jesus	749	344	226	570	179
02- Divinéia/Pantanal	757	404	214	618	139
03- Alv. Peixoto	259	130	100	230	29
04- Jardim Ipê	749	0	70	70	679
SUBTOTAL	2.514	878	610	1.488	1.026
<i>Alojamentos José Fornari, Almeida Leme, Vila São Pedro, Cooperativa, Corinthians e Madureira, Assentamento Rosa Cruz</i>	210	-	-	-	210
TOTAL	2.724			1.488	1.236

População Beneficiária Indireta:

- A população da região do PAC Alvarenga, pela elevação da qualidade urbana viabilizada pela urbanização
- A população do Bairro Cooperativa, cerca de 25.000 pessoas, beneficiada com novos equipamentos e serviços



Jd. Ipê



Plantão Jd. Ipê



2ª Etapa

COMO SE DEU A IMPLEMENTAÇÃO O PROCESSO DE REASSENTAMENTO NO PAC ALVARENGA E TRÊS MARIAS CONFORME AS PREMISSAS E DIRETRIZES



2ª Etapa



Sítio Bom Jesus



Assembleia 3 Marias

O processo de reassentamento no PAC Alvarenga e Três Marias

INSTRUMENTOS OPERACIONAIS DE FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO PLANO

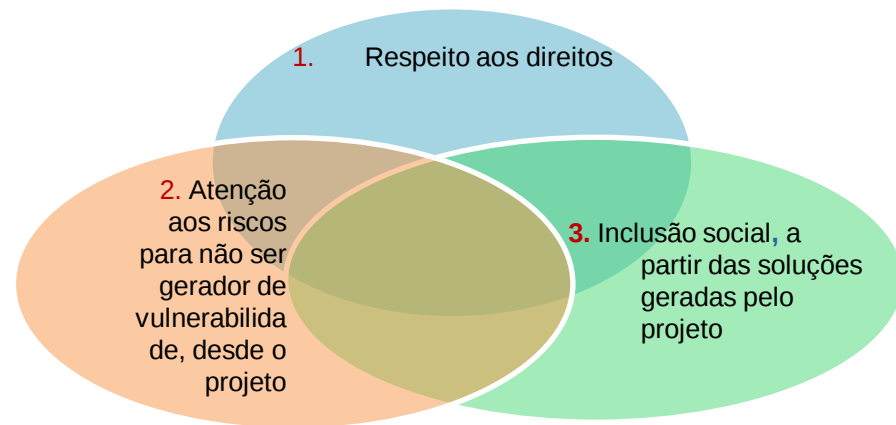
- **Projeto urbanístico e de solução habitacional**

- a) Os critérios de remoção / deslocamento
- b) Soluções da Reposição do Projeto

- **Plano de Obras**

- **Projeto de Trabalho Social**

- **Projeto de Regularização Fundiária.**



A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Respeito
aos
Direitos

1. Respeito aos direitos

Soluções de reposição geradas e disponibilizadas às famílias habilitadas

- **Direito social à moradia com a solução de reposição da moradia removida, com:**
 - Unidades Habitacionais com plena funcionalidade em relação ao projeto contratado e aos itens essenciais de infraestrutura e serviços
 - Unidades com regularização da titularidade dentro do prazo pactuado em contrato
- **Direito ao exercício de atividades econômicas e profissionais** com a reposição da atividade econômica removida.
- **Direito de acesso aos bens e serviços públicos urbanos** com a garantia do padrão de acesso aos serviços e políticas sociais básicas nos padrões da cidade, incluindo as medidas de transição
- **Direito ao meio ambiente equilibrado**, com a recuperação de APPs ocupadas e acesso à áreas verdes, parques nas áreas de solução

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Planejamento
com Atenção
aos riscos de
vulnerabilização

2. Planejamento do reassentamento com atenção aos riscos para não fazer da intervenção urbana um gerador de vulnerabilidade

Na fase de projetos: Diretrizes para a Solução Habitacional

- Minimizar o número de famílias deslocadas (sempre que possível);
- Garantir uma solução habitacional adequada para os habitantes de cada imóvel cadastrado;
- Nesta solução, assegurar a erradicação de risco e minimização de problemas de conforto e salubridade
- Trabalhar com 4 tipos de solução habitacional distintas:
 - **Consolidação** - É permanecer com a moradia no local, algumas delas recebendo melhorias habitacionais (salubridade e habitabilidade), além da infra-estrutura.
 - **Remanejamento** - Trata-se da solução dada com a oferta de uma nova moradia dentro do próprio núcleo.
 - **Reassentamento** - É a oferta de uma nova casa fora do núcleo em que moram para as famílias afetadas pela intervenção.
 - **Troca Interna** - Trata-se de negociação entre moradores, mediada pela equipe, em que família que, do ponto de vista físico, teria uma determinada solução, troca com outra família para garantir maior adequação e aderência
- Para a Produção de novas unidades garantiu-se:
 - Unidades prontas e com plena funcionalidade de infra-estrutura pública e condominial porém sem acabamento;
 - No caso de habitações verticalizadas buscar solução de acesso por no máximo 4 pavimentos e com a menor área condominial possível.

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Planejamento
com Atenção
aos riscos de
vulnerabilização

2. Planejamento do reassentamento com atenção aos riscos de vulnerabilização para não fazer da intervenção urbana um gerador de vulnerabilidade

Na fase de formulação do plano de reassentamento - critérios de atendimento pactuados

- Habilitadas para serem atendidas as famílias titulares cadastradas e residentes nos imóveis constantes do cadastro realizado nas áreas em 2005 (na fase de execução: realizada atualização cadastral, incorporando na reserva técnica famílias constituídas em imóveis autônomos até início da obra);
- O atendimento será feito considerando o imóvel cadastrado. Assim, se na mesma moradia residir mais de uma família, as mesmas continuarão residindo juntas;
- Constitui exceção a esta regra, a ser atendida por meio da Reserva Técnica:
 - Erros de Cadastro comprovados por documentos oriundos do Serviço Público;
 - Co-habitação Familiar Excessiva (mais de uma família economicamente autônoma, residindo na mesma casa, com número de membros, no cadastro de 2.005 igual ou superior a 7 pessoas)
- No caso de imóveis removidos, planejados atendimentos compatíveis com o tipo de uso dado aos imóveis constantes do cadastro realizado nas áreas em 2005 (Residencial, Misto, Comercial ou institucional)

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Planejamento
com Atenção
aos riscos de
vulnerabilização

2. Planejamento do reassentamento com atenção aos riscos de fazer da intervenção urbana um gerador de vulnerabilidade

Na fase de implementação do plano: estudos de casos, soluções transitórias

- Assegurada como regra a solução para as famílias cadastradas e ocupantes dos imóveis, excetuando-se os casos de benfeitorias locadas, estudadas caso-a-caso, para enquadramento nas regras da política nacional e da política local;
- Pactuado com a População o Projeto Executivo de Reassentamento, quando do início das obras.;
- Assegurada a gestão compartilhada do Plano de Reassentamento com a população, por meio do Plano de Trabalho Social, e das instâncias participativas de gestão e acompanhamento das Obras.
- Para as remoções transitórias foi disponibilizado à família, benefício financeiro para apoio ao pagamento de aluguel até a remoção para a unidade definitiva; transporte para a mudança e acompanhamento social durante todo o período.
- Como medida transitória aos possuidores de comércios, que tiveram que ser removidos foram construídos boxes provisórios, tanto na área de remanejamento como na do reassentamento, onde permanecerão até o atendimento definitivo no Centro Comercial.

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Planejamento
com Atenção
aos riscos de
vulnerabilização

2. Planejamento do reassentamento com atenção aos riscos de fazer da intervenção urbana um gerador de vulnerabilidade

Na fase de implementação do plano: critérios para atribuição de solução e seqüência de atendimento pactuados com as famílias reassentadas e processo de escolha

- Prioridade de atendimento para relocação na própria área: as famílias mais antigas e as famílias residentes nos trechos que constituem Bolsão de Produção Habitacional;
- Atendidos prioritariamente com reassentamento externo: famílias com menor tempo de residência nas áreas e famílias ocupantes de áreas com restrição a ocupação
- Assegurar os seguintes critérios na sequência de remoção e atendimento:
 - Remover de acordo com a necessidade de liberação da frente de obras;
 - Remover independente da seqüência de obra por detecção de risco;
 - Dar o atendimento definitivo na sequência da remoção transitória: quem sai primeiro é atendido primeiro;
 - Priorizar escolha por maior tempo na área ou no Programa Renda Abrigo;
 - Manter as relações de dependência (na medida do possível, as famílias mudam e retornam junto com os familiares
- Assegurada a constituição de grupos de vizinhança e a escolha por consenso do endereço

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Inclusão social, a partir das soluções geradas pelo projeto

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão social

INCLUSÃO PELO TERRITÓRIO: URBANIZAÇÃO INTEGRADA ALVARENGA

Integrar as políticas urbanas e sociais na fase do planejamento e na geração das soluções de reposição



ANTES



DEPOIS

Canalização do córrego, recuperação das margens, iluminação pública, Criação de Área de Lazer que integra a área ao bairro/ entorno

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Inclusão social, a partir das soluções geradas pelo projeto

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão social

INCLUSÃO PELO TERRITÓRIO: URBANIZAÇÃO INTEGRADA ALVARENGA

SÍTIO BOM JESUS



CONSTRUÇÃO DO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL NA ÁREA PARA ATENDIMENTO DE TODA A REGIÃO

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE APP COM ÁREA DE LAZER QUE INTEGRA A ÁREA AO ENTORNO

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

Inclusão social, a partir das soluções geradas pelo projeto

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão social

INCLUSÃO PELO TERRITÓRIO URBANIZAÇÃO INTEGRADA ALVARENGA

SÍTIO BOM JESUS



**CENTRO COMERCIAL PARA ATENDER
COMERCIANTES REASSENTADOS**



**UNIDADES HABITACIONAIS CONSTRUÍDAS NA
PRÓPRIA ÁREA PARA RELOCAÇÃO INTERNA**

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão

INCLUSÃO PELO TERRITÓRIO – CONJUNTO TRES MARIAS



A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão

INCLUSÃO PELO TERRITÓRIO – CONJUNTO TRES MARIAS

Destinação de Áreas para equipamentos públicos.

• **Centro de Educação Unificada – CEU Celso Daniel**, com recursos da Secretaria de Educação

- 28 salas de aula
- Mais de 40 turmas;
- Biblioteca;
- Teatro com 376 lugares;
- Ginásio oficial - 800 pessoas;
- salas multiuso
- playground;
- refeitórios
- Áreas de apoio para funcionários.



Fachada CEU Celso Daniel



Centro de Reciclagem, com recursos da Secretaria de Serviços Urbanos.



Praça interna do Conjunto e aos fundos a fachada lateral do CEU Celso Daniel

Inclusão social, a partir das soluções geradas pelo projeto

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão

INCLUSÃO PELO TERRITÓRIO – CONJUNTO TRÊS MARIAS

Provisão de equipamentos e serviços para atender a demanda de projeto e do bairro, integrando o projeto ao bairro e melhorando a qualidade de vida dos reassentados e da região



Centro Comercial - 14 unidades comerciais



Parque Três Marias

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão

INCLUSÃO PELO ENFRENTAMENTO INTERSETORIAL À VULNERABILIDADE

Articulação de ação integrada e interesetorial a partir de programas e ações já existentes

- Garantia para as famílias cuja solução se deu por reassentamento externo do mesmo padrão de cobertura e acesso quanto à saúde e educação na nova área (Transferência de crianças, transporte escolar, cadastro PSF e nas UBSs)
- Articulação do processo de ação intersecretarial e interesetorial local, abrangendo as áreas de educação, saúde, serviços urbanos, assistência social, segurança urbana, esporte, cultura e lazer
- Ação articulada com organizações locais atuantes nas regiões;
- Ampliação do acesso a serviços capazes de enfrentar a vulnerabilidade social específica identificada nas áreas, incluindo o encaminhamento



Inclusão social, a
partir das soluções
geradas pelo projeto

A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão

**INCLUSÃO PELO FORTALECIMENTO DO PATRIMÔNIO
SOCIAL/ ESTRATÉGIAS DE TRABALHO SOCIAL**



A IMPLEMENTAÇÃO EM SBC A PARTIR DOS ELEMENTOS NORTEADORES APRESENTADOS

3. Implementação do reassentamento como instrumento de inclusão

INCLUSÃO PELO FORTALECIMENTO DO PATRIMÔNIO SOCIAL/ ESTRATÉGIAS DE TRABALHO SOCIAL

- Trabalho Social amplo e contínuo desde a fase de projeto, com o objetivo de garantir a participação da população em todos os momentos do processo de implementação do projeto e de assegurar as ações sociais inerentes ao processo de intervenção habitacional
- Ação desde a fase de projetos até a fase pós ocupação organizada em 5 subprojetos:
 - Mobilização e Organização/ Acompanhamento Social de Obras e Reassentamento/ Educação Ambiental; Geração de Renda e Inclusão/ Pós-Ocupação
- Trabalho dos aspectos relacionados ao processo de reassentamento em 2 eixos:
 - **Eixo 1 - Mobilização, organização e fortalecimento social**
 - **Eixo 2 - Acompanhamento e gestão social da intervenção**

POTENCIALIDADES

- A **qualidade** do Projeto Habitacional é um importante **indutor da qualificação do território e instrumento de equilíbrio na implementação do reassentamento**
- A **integração das políticas urbanas** e sociais é fundamental para a implementação efetiva.
- A integração das políticas sociais exige trabalhar com a lógica e os tempos da intersectorialidade e é mais sustentável se construída a partir dos **programas existentes**, fugindo da armadilha das “políticas de projeto”, que depois não se mantêm.
- A **participação cidadã** da população beneficiada é imprescindível em todas as fases: projetos, implantação e pós-ocupação, como instrumentos chave de sustentabilidade e de gestão de conflitos.
- A importância dos elementos de gestão para a **sustentabilidade social**: relações de vizinhança/ bons pactos; uso, ocupação e conservação dos espaços comuns, pactos das regras gerais de convivência.

DIFICULDADES

- Tentativas de expansão da ocupação após cadastro, que podem inviabilizar projeto exigem uma ação intensa de controle
- O “déficit clássico” da favela precisa ser melhor tratado na fase de projeto
- O tempo da intersectorialidade demanda muito planejamento e articulação
- Abordagem dos grupos economicamente mais excluídos, que se retraem à participação e não se apoderam das novas conquistas;
- Abordagem ao grupo vulnerável composto pelos jovens, pelas dificuldades de diálogo, pela dificuldade de estabelecer campo de interesse comum e pelo poder de sedução da oferta de “trabalho” do tráfico versus às alternativas de trabalho legal (nem/nem);
- Trabalho de pactuação de acordos e regras com os grupos com necessidades de atenção psico-social, especialmente relacionadas ao consumo de drogas;
- Pouco domínio das novas mídias pelas equipes para o trabalho com uma população de abrangência específica
- Os custos de manutenção das soluções regulares de moradia, especialmente com grupos economicamente mais vulneráveis.

DESAFIOS - QUE TRANSCENDEM ESTES PROJETOS

1- De Natureza Política e Filosófica - A existência de instituições que ainda não vêm a questão sob a perspectiva dos direitos humanos e sociais. Atualmente é uma condição minoritária, seja pelos avanços do marco legal brasileiro, seja pela mobilização em torno dos direitos humanos e em especial, o Direito à Moradia

2- De Natureza Jurídico - Legal - A base legal brasileira não tem um arcabouço consensual acerca da aplicação de vários tipos de soluções, que são adequadas, mas sobre as quais não há amplo consenso jurídico. Os casos mais problemáticos abrangem em especial atividades econômicas informais que excederam o marco da subsistência e as soluções de indenização.

3- De Natureza Financeira - Vários tipos de soluções, que são adequadas, não são classificadas como item financiável por vários agentes financeiros. Com isto, por mais convicção que tenha o administrador público, ele não tem parceiro financeiro. Por outro lado, há o limite dado entre a necessidade de equidade nos tratamentos por uma mesma política e a “Reserva do Possível”, que trata da necessidade de se ter marcos que são aplicáveis em qualquer situação.

4- De Natureza Técnica e Operacional – Apesar de termos boas experiências realizadas, o conhecimento produzido sobre o tema reassentamento ainda é de domínio restrito das administrações públicas de grande porte (cidades e Estados maiores) e das consultorias, restando intervenções com todas as condições de terem soluções adequadas, justas e inclusivas, mas que são inadequadamente planejadas, desde a fase do projeto.

